

XVII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

**26 a 29 de Julho de 2017
Brasília DF**

**O relato autobiográfico como um espaço de construção de memória e identidade: o
caso de um ex interno da FEBEM**

**Veridiana Domingos Cordeiro
Universidade de São Paulo**

GT10 Biografia e Sociedade
Coordenador: Hermilio Santos – PUCRS
Coordenadora: Wivian Weller – UNB
Suplente: Maria Silva Telles – PUCRIO

Resumo: A discussão teórico-metodológica aqui proposta é parte de uma pesquisa de doutorado dedicada a pesquisar dois grupos de ex internos de uma instituição para menores e as maneiras pelas quais ambos constroem memórias e identidades individuais e coletivas. Nesse sentido, nos focaremos em discutir os procedimentos metodológicos da coleta de relatos mnemônicos autobiográficos, bem como a análise dos mesmos a fim de testar uma hipótese posta na literatura teórica ligada ao tema da memória e identidade. A coleta de relatos, concedida a partir de entrevistas semipadronizadas de cunho testemunhal, visa captar como os eventos são rememorados, organizados e oralmente expressos, bem como a maneira como o próprio entrevistado se descreve ao longo deles. A liberdade da entrevista busca revelar relatos biográficos que tragam tanto questões subjetivas (como intenções, desejos e percepções), quanto fatores externos, como relações, referências espaciais e temporais, e informações sobre o grupo ao qual pertence o depoente. Os relatos serão analisados à luz da hipótese de que a memória é o substrato para a e, portanto, os relatos autobiográficos mnemônicos são ordenados visando uma construção identitária que só é possível pelo encadeamento e teleologia conferidos aos eventos passados narrados.

1. Introdução

O presente trabalho é parte da pesquisa de doutorado “Histórias de abandono: relatos de ex internos de uma instituição para menores como representação de si, do grupo e do passado”² que investiga a relação entre memória e identidade a partir da análise de relatos de ex internos de uma instituição para menores. Discutiremos aqui, entretanto, alguns aspectos metodológicos relativos à coleta de relatos autobiográficos, bem como *insights* sobre a relação entre memória e identidade a partir dos relatos de um ex interno da FEBEM de Batatais, São Paulo. O objetivo é colocar em questão se os relatos mnemônicos autobiográficos podem ser usados para além do conteúdo em si, esclarecendo outros fenômenos sociais. Isso pois o indivíduo entrevistado (um adulto contando de seu passado como criança abandonada) conta sua vida, articulando elementos sociais e individuais. Isto é, nomeando espaços, tempos, pessoas e funções, ao passo que se refere a si próprios, suas emoções e percepções.

O trabalho é focado em discutir essas questões a partir de entrevistas realizadas com um desses ex internos que frequentou a FEBEM de Batatais na década de 1980 por dez anos. Atualmente, parte desses ex internos, dos mais diferentes anos, voltou a se recontrar em encontros anuais de confraternização organizados na própria cidade de Batatais. Esse reencontro aconteceu há cerca de quatro anos atrás por meio das redes sociais e nele se reúnem ex internos das mais diferentes épocas, de idades diversas

¹ Bacharel e licenciada em Ciências Sociais na USP, mestre em Sociologia na USP e doutoranda em Sociologia na USP.

² Financiado pela FAPESP (2016 -2019).

advindas de várias cidades do país. É nesse contexto atual, de reencontro de ex internos, que o indivíduo pesquisado concedeu essas duas entrevistas autobiográficas.

2. Memória e identidade: discussões teóricas

O material empírico é sempre muito rico e capaz de nos permitir olhar para vários aspectos da vida social. Cada construção autobiográfica contida em um relato mnemônico pode nos trazer tópicos sobre condições culturais de uma dada época, informações sobre estruturas políticas, evidências sobre modelos educacionais, entre outros tantos. Entretanto, ir aos dados sem ter um objetivo claro ou uma problema bem cosntruído pode nos levar a procedimentos metodológicos indutivos, que nos levariam, consequentemnete, a equívocos. Por isso, nos focaremos nas hipóteses teóricas cosntruídas acerca da relação entre memória e identidade.

Tal como a noção de cultura, os termos *memória* e *identidade* são fundamentais para as Ciências Humanas. No entanto, a relação entre ambos os fenômenos ainda é opaca mesmo tendo sido trabalhadas há séculos. Parece não ser possível a existência de identidade sem que haja memória, seja em seu sentido individual, seja em seu sentido coletivo. Tradicionalmente, trabalha-se o tema da identidade a partir de três questões: a.) quem sou eu?³, b.) personalidade⁴ e c.) *persistência* e *evidência*. Buscaremos trabalhar com a última questão, a partir de uma perspectiva sociológica, uma vez que ela propõe reflexões sobre as possíveis relações entre memória e identidade. Vale reconstruí-la, definindo então quais são os sentidos de memória e identidade -dentre vários existentes- que serão aqui assumidos.

Temos, portanto, a seguinte questão: como é possível que uma pessoa que existe em um determinado momento do tempo seja idêntica a si mesma em um outro momento do tempo? Isto é, o que garantiria que uma criança no passado seja identificada posteriormente como sendo ela mesma já adulta? Este problema é chamado na literatura de “problema da identidade pessoal” (*problem of the personal identity* ou *problem of the self*⁵) que se refere à questão da *persistência* da identidade no tempo. A questão sobre os

³ Essa perspectiva é amplamente trabalhada pela Antropologia ao entender identidade como um senso de pertencimento a algum grupo que o define como pessoa hoje. A identidade pessoal, nesse sentido, é múltipla e congregadora de diversas características: identidade étnica, racial, de gênero, entre outras.

⁴ Essa perspectiva é amplamente trabalhada pela Psicologia ao produzir uma reflexão voltada para elementos constitutivos do indivíduo no que tange aos seus valores e temperamento, determinando assim suas ações imediatas no mundo.

⁵ É importante destacar que o termo da língua inglesa ‘*self*’ em vários momentos equivale, em sentido, ao termo ‘identidade’. Segundo o dicionário Oxford, o termo teve filosoficamente três grandes acepções: o primeiro refere-se “àquilo que alguém realmente é”, o segundo refere-se à ideia de *ego*, e a terceira se refere à “permanência do sujeito de estados de consciência que variam e são sucessivos” (Oxford English Dictionary, vol. S, p. 410). É interessante notar que este último sentido apareceu apenas no final do século

critérios para a existência e manutenção da identidade pessoal foi claramente formulada, pela primeira vez, por John Locke em seus *Ensaio*. Para Locke, uma pessoa B é a mesma pessoa A de momentos anteriores, se a pessoa B *rememorar* o suficiente daquilo que aconteceu com A. A resposta ao problema da *persistência* da identidade no tempo foi chamada tradicionalmente na literatura de “a *evidência* de memória na identidade pessoal”, ou simplesmente a *evidência de memória*. Isso quer dizer, portanto, que há uma defesa clássica de que a memória seria a única *evidência* de que a identidade pode *persistir* no tempo. Embora Thomas Reid tenha algumas ressalvas ao argumento de Locke, ele também aponta para uma relação direta entre memória e identidade, afirmando que, uma vez que a identidade pessoal não é passível de análise, seria por meio da memória que teríamos evidências da identidade pessoal.

Devemos notar que a *evidência da memória* não está restrita à filosofia do século XVIII, mas é uma das evidências mais fortes para explicar o fenômeno da identidade até hoje. Joel Candau, por exemplo, defende este critério sem mencioná-lo explicitamente, ao dizer que “[...] é a memória, faculdade primeira, que alimenta a identidade”, acrescentando que “é a memória [...] que vem fortalecer a identidade [...] restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir sua identidade” (Candau, p. 16, 2012). E: “a perda de memória é, portanto, uma perda de identidade. [...] sem memória o sujeito se esvazia, vive unicamente o momento presente, perde suas capacidades conceituais e cognitivas. Sua identidade desaparece”. (Candau, 2012, p. 60). Semelhantemente, a concepção de identidade de Paul Ricoeur (2014) defende que por mais que a permanência ao longo do tempo não faça que o indivíduo A seja idêntico à B ainda é possível traçar uma continuidade entre A e B a partir da massa de memórias mantidas entre esses dois momentos. Essa relação só é possível, uma vez que entendemos que tanto *memória*, quanto *identidade* estão subsumidos a um termo mais amplo: *representação*. Da mesma maneira, Joel Candau (2012) afirma que *memória* e *identidade* são subtipos de representações que têm funções diferentes: a primeira como uma faculdade e a segunda como um estado. Ainda que se afirme que *memória* e *identidade* têm o mesmo estatuto de subtipo da noção de *representação*, o que se verifica, na verdade, é uma relação de dependência de uma sobre a outra. Essa relação só poderia ser verificada a partir da externalização de memórias que serviriam de *evidência* da existência e *persistência* da identidade ao longo do tempo.

XVII associado aos escritos de John Locke, como apresentaremos a seguir. Quando o sentido do termo *self* aparecer em língua inglesa com o terceiro sentido mencionado, este será traduzido por *identidade*.

Como podemos notar, o principal fator do critério da memória para a identidade pessoal é a passagem do tempo para um indivíduo. Em nenhum momento se problematizou a qualidade de uma memória e seu efeito sobre a identidade pessoal. Sendo a “memória”, um fenômeno qualitativo e havendo uma relação de dependência entre memória e identidade, seria razoável supor que algumas memórias causem um impacto tão forte sobre a vida de uma pessoa que sua identidade acaba não saindo ilesa. Este poderia ser o caso de pessoas que passaram por situação de violência ou de forte coerção institucional. Forma-se aqui uma intersecção a ser investigada onde se insere nosso objeto e problema de estudo: memória/identidade/violência.

Já melhor delimitada à qual faceta da *identidade* nos referimos – à aquela que garante a existência do indivíduo ao longo do tempo –, temos que explorar melhor como entendemos o fenômeno da *memória*. A maioria das teorias que tentam explicar o fenômeno da memória tomam-na integralmente como um fenômeno estritamente subjetivamente condicionado psicológica ou fisiologicamente. Entretanto, se assumirmos de alguma maneira que a memória não é apenas um fenômeno estritamente subjetivo, como isso afetaria uma concepção de memória?

A concepção de memória como um fenômeno socialmente determinado é relativamente recente. O primeiro grande desenvolvimento da ideia apareceu nos trabalhos do sociólogo francês Maurice Halbwachs, em 1925, no livro *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*⁶. Como afirma Jeffrey Olick (1999), o estudo da memória para Halbwachs é uma questão de como as mentes trabalham em conjunto na sociedade e não meramente um estudo de reflexões filosóficas ou de experimentos fisiológicos; de como as operações da memória são mediadas e moldadas por disposições sociais. Mesmo quando lembramos sozinhos, ainda assim o fazemos enquanto seres sociais com referência aos grupos nos quais estamos inseridos. As memórias de outros nos auxiliam com nossas próprias e vice-versa. Com isso, toda recordação, seja de um passado recente ou de um passado mais longínquo, existe em relação a um ou mais *grupos* ao(is) qual(is) o indivíduo está inserido e ao conjunto de noções relativas à linguagem, tempo e espaço nele(s) veiculado(s), os quais são denominadas por Halbwachs de *quadros sociais da memória*.

⁶ Posteriormente, Halbwachs escreve mais duas obras sobre o tema: *La Topographie Légendaire des Évangiles en Terre Sainte* (1941) e o póstumo *La Mémoire Collective* (1950).

A teoria da memória coletiva desenvolvida por Halbwachs pode ser resumida da seguinte maneira⁷: a *memória coletiva* é uma massa de recordações, produto de *memórias individuais* interseccionadas, provenientes dos indivíduos rememoradores que são membros de um mesmo *grupo*⁸, alinhados a uma *corrente de pensamento coletivo*⁹ comum. As *memórias coletivas* são o resultado de *memórias individuais* compartilhadas pelos membros de um *grupo* em um determinado momento. Ela se solidifica como uma massa de recordações comuns que ganha consistência à medida que os membros de seu *grupo* as rememoram e as expressam com mais vigor e constância. Ainda que a *memória coletiva* se apoie nas consciências individuais para ser colocada em curso, ela nunca existiria isoladamente na mente do indivíduo, bem como a memória individual jamais existiria sem as memórias coletivas que a rodeiam. Isto, pois Halbwachs dá uma solução para este problema concebendo o indivíduo como união de dois “seres”, o *ser sensível* e o *ser interpretativo*. O primeiro é o da percepção, a testemunha de um dado evento, e o segundo é a reflexão, o que torna a percepção inteligível. A origem da memória estaria na percepção individual do *ser sensível*, que forneceria um núcleo singular de percepções reais. No entanto, o ato de tornar inteligível uma percepção envolve o *ser interpretativo*, que sempre estaria em função do *grupo* ao qual pertence e consequentemente de sua *corrente de pensamento coletivo*. Disso resulta que, embora o indivíduo sempre perceba os eventos sob uma perspectiva única, a compreensão da percepção depende do(s) *grupo(s)* em que ele transita (não apenas fisicamente) ao longo da vida, ajudando-o a entender e destacar traços de uma realidade infinitamente complexa. Em um momento posterior, quando um indivíduo tenta se recordar de algo, evoca esses eventos passados reconstruindo-o à luz do presente.

A partir dessa arquitetura conceitual, conclui-se que a estabilidade e identidade do indivíduo depende do estado de convergência e permanência de um conjunto de recordações no tempo:

[...] de cada época de nossa vida, nós guardamos algumas recordações, sem cessar de reproduzi-las e através delas se perpetuam, através de uma filiação contínua, o sentimento de nossa identidade (Halbwachs, 1925 (1994), p. 89).

⁷ Uma análise, interpretação e reconstrução conceitual mais aprofundadas acerca de toda a obra de Maurice Halbwachs relativa à memória, adicionada de uma demonstração histórica sobre a memória coletiva cristã, pode ser encontrada em minha dissertação de mestrado, *Por uma Sociologia da Memória: análise e interpretação da teoria da memória coletiva de Maurice Halbwachs*. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. FFLCH –USP, 2015.

⁸ A delimitação analítica de um *grupo* se dá pelos *conteúdos representacionais comuns relacionados ao passado* (ou recordações) que os indivíduos compartilham.

⁹ A *corrente de pensamento coletivo* dita interesses, opiniões, preocupações e até valores de um *grupo*. Deste modo, o alinhamento de um indivíduo a ela determina sua filiação a um dado grupo e é responsável pela formação de esquemas perceptivos presentes no *grupo* e recortam a percepção daqueles que a compartilham.

Mas o que nos chama a atenção, é que, na memória, as similitudes passam, entretanto, para o primeiro plano. O grupo, no momento em que considera seu passado, sente acertadamente que permaneceu o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo (Halbwachs, 1997 [1950], p. 138).

Como a coesão dos *grupos* se dá pelo compartilhamento de memórias e sem isto, podem se desfazer ao longo do tempo, Halbwachs aponta dois *grupos* como aqueles que têm suas memórias mais estáveis e são essenciais para a constituição do indivíduo: o grupo familiar e o grupo religioso¹⁰. É naquilo que Halbwachs denomina de “o laço vivo das gerações”, isto é, a memória familiar, que o jogo da memória e da identidade pode ser mais facilmente verificado. Para Halbwachs, a família possui um estatuto especial em relação a outros *grupos*. Os esquemas perceptivos que a família coloca a seus membros e a adesão à sua *corrente de pensamento coletivo* são intensas. As recordações familiares, além de imagens, “(...) São, ao mesmo tempo, modelos, exemplos e demonstrações. Neles se expressam a atitude geral do grupo” (Halbwachs, 1925 [1994], p. 181). Mas além da intensidade que o *grupo* familiar possui, sua memória também tem a capacidade de se estender sobre a nossa vida em outros *grupos*, convertendo, assim, a família em um ponto nodal da convivência que um indivíduo tem com outros *grupos*. Nesse sentido, pensando em nosso objeto de pesquisa, a questão da memória familiar ganha uma atenção especial. Isso pois, a internação de indivíduos na instituição escolhida, embora pressuponha, em tese, a participação familiar (Paula, 2004), afasta esses indivíduos do próprio grupo familiar, submetendo-os a uma *instituição total* (Goffman, 2007). Esta captura o indivíduo, seu tempo e seus interesses, quebrando assim as barreiras que dividem as esferas da vida e criando um mundo para ele. As instituições totais são incompatíveis com alguns elementos centrais na vida social como a estrutura emprego/pagamento estabelecida no mundo e a instituição familiar. A última é colocada em total desconexão dos indivíduos enclausurados nesse tipo de instituição. Essa desconexão está diretamente ligada a essa coerção institucional e todas as violências que dela decorrem.

De acordo com a antropóloga Veena Das (1999), haveria uma interdita à reprodução verbal de memórias de violência e coerção. Isso se daria por conta do caráter extraordinário de tais situações (ilustrando a célebre fase do Wittgenstein “os limites da

¹⁰ As memórias são tão mais materializadas, quanto for o grau de institucionalização do grupo em questão. Embora alguns grupos familiares e alguns grupos religiosos sejam tradicionalmente aqueles que sistematicamente materializam suas memórias, há outros grupos institucionalizados que acabam por fazê-lo mesmo que não tenham um comprometimento com o registro da memória, mas isso acaba acontecendo pela necessidade documental da própria instituição. Esse poderia ser o caso, por exemplo, da própria FEBEM onde os funcionários, em seus relatórios, pastas e prontuários, expressam suas percepções sobre os eventos e os internos.

minha linguagem são os limites do meu mundo”). Essas interdições ocorreriam como resultado da falta de palavras existentes para expressar determinadas experiências vividas. Isso aconteceria, pois a linguagem estabeleceria a fronteira para a definição do que seria “humano”, incluindo nisto a ideia de violência, como uma negação dessa faculdade humana. Assim, frente a tais situações extra cotidianas e “não humanas”, o indivíduo sofreria dificuldades em expressar tais experiências por meio da linguagem. Há, portanto, uma situação de ‘sub representação’ de eventos violentos, assumindo essa incapacidade como expressão do trauma. A ausência de representação conseqüentemente nos levaria a lacunas mnemônicas e, portanto, identitárias em que não conseguimos representar nossas próprias experiências passadas e nem a nós mesmos. Outros artifícios para criação e manutenção identitária provavelmente são criados para driblar essa não representação.

Assim, como se constituiria a identidade de um indivíduo afastado do grupo familiar e submetido a uma instituição inevitavelmente coercitiva?

A memória parece ser o elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje. Como represento a mim e à minha história? A forma (o relato, a narrativa) dá objetividade a essas memórias, as quais, organizadas de tal ou qual maneira, formam a identidade individual ou coletiva. Se em um momento anterior (Cordeiro, 2015), nomeei “memória” como “conteúdo representacional”, hoje podemos pensar em nomear “identidade” como “forma representacional”. Sendo a dinâmica social (tempo social, espaço social, relações sociais, linguagem), a responsável por selecionar tais conteúdos e moldar tal forma.

Como poderíamos, então, acessar essa relação entre memória e identidade? Se ambas são os dois lados da mesma moeda da representação é na narrativa autobiográfica ou nos relatos autobiográficos que podemos encontrar seu cruzamento. A representação a qual nos referimos é aquela expressa pela linguagem, sendo, portanto, majoritariamente expressa por relatos e narrativas. A narrativa é o meio pelo qual, o indivíduo ou *grupo* expressam suas memórias de maneira organizada e coerente, reafirmando assim sua identidade ao longo do tempo. A coerência deve seguir um critério que, se assumirmos Halbwachs, seria sempre o momento presente. Assim, a atividade de contar recordações envolve a reconfiguração de eventos passados à luz do presente. Um relato autobiográfico produziria então um senso de unidade temporal da identidade, sendo que a

própria constituição da identidade precisa necessariamente passar por uma expressividade externa (Mead, 1932).

3. Relatos autobiográficos: questões metodológicas

A opção pela entrevista foi motivada por dois aspectos: a.) por se tratarem de biografias privatizadas, consideradas marginais, que jamais foram publicizadas, b.) pela possibilidade de entender a dinâmica da memória (orientada pelo momento presente) ao poder revisitar o entrevistado e coletar seu relato mais de uma vez. Além disso, a entrevista tem sido classicamente mobilizada nos estudos biográficos. De acordo com Arfuch (2012),

os relatos de vida inquietaram a as Ciências Sociais desde os primeiros anos do século XX na tentativa de apreender histórias e memórias, de dar conta da espessura do social e que continuam concitando de maneira crescente sua atenção. De fato, os chamados 'métodos biográficos', cujo o recurso à entrevista é quase obrigatório, ocupam hoje uma posição predominante na investigação qualitativa, em sintonia com o interesse na voz e na experiência dos sujeitos e com ênfase testemunhal, essa verdadeira obsessão da memória que os marcos simbólicos do novo século e milênio não cessaram de estimular (p. 73).

Dentre as diferentes maneiras de se conduzir uma entrevista, optou-se por entrevistas abertas. Isso pois, elas nos permitem coletar “expressões ricas das biografias, experiências, opiniões, valores, aspirações, atitudes e sentimentos das pessoas” entrevistadas (May, 2004, p. 145), são “instrumentos privilegiados de acesso à experiência dos atores (Poupart, 2010, p. 2). O objetivo é conduzir a entrevista de forma a propor apenas temas e provocações disparadoras das memórias, para que o próprio entrevistado construa sua narrativa de acordo com a condução que seu próprio processo de rememoração lhe oferece. As análises focam em aspectos que estão para dos aspectos contedúísticos¹¹:

não é tanto o conteúdo do relato por si mesmo – a coleção de acontecimentos, de momentos, de atitudes, mas precisamente as estratégias de auto

¹¹ Há algumas discussões metodológicas sobre o uso de relatos mnemônicos como fonte de dados. Diz Martins (1999) que “o recurso ao depoimento oral, como forma de construção do documento, tem levantado várias questões (e objeções) que dizem respeito à memória [...] muitas vezes ele não espelha a verdade sobre a vida passada, mas se limita a lembrar aquilo que ele pode recordar à luz das vivências mais recentes” (p. 294). Entretanto, não buscaremos qualquer tipo de informação específica ou verdade passível de verificação. Não haverá uma pesquisa comparativa entre as versões desses indivíduos e a versão que o Estado propõe, por exemplo.

representação o que importa. Não tanto a 'verdade' do ocorrido, mas sua construção narrativa, os modos de se nomear no relato, o vaivém da vivência ou da lembrança, o ponto do olhar do indivíduo, o que se deixa na sombra, que história alguém conta de si mesmo ou de outro eu (Arfuch, 2012, p. 239).

A intenção, aqui, é, através da coleta e posterior análise dos relatos/narrativas, entender como essa organização é regida pela memória (que é individualmente construída a partir de instrumentos e elementos coletivos e sua organização social e como esse sentido é construído pela identidade (que é orientada para si e para os outros). Desta maneira, busca-se compreender *o quê e como* se rememora, a fim de traçar um argumento explicativo que tenha em vista a relação da ordenação desse relato mnemônico com a construção identitária.

A forma de obtenção do material empírico foi guiada pelas questões teóricas específicas levantadas pela literatura mobilizada. Como buscávamos entender a organização da memória de um indivíduo e como ela aparece quando buscar apresentar à si e à sua história, julgou-se mais adequado realizar duas entrevistas em profundidade totalmente abertas. Assim, eram dados pouco ou quase nenhum estímulo ao processo de rememoração do “entrevistado”. A ideia é que o entrevista seja quase integralmente conduzida pelo entrevistado, a fim de captarmos a maneira como os eventos são rememorados, organizados e contados, bem como a maneira como ele próprio se vê e se coloca neles tanto na época, quanto hoje em dia, já distanciado. A literatura denomina esse tipo de entrevista como “entrevista narrativa” (*narrative interview*). Ela consiste em:

(a) Uma narração extensa pelo entrevistado, enquanto o entrevistador restringe suas intervenções ao mínimo necessário para que a narração permaneça em andamento, (b) Um período de questionamento quando o entrevistador elabora algumas questões sobre tópicos apresentados na narrativa e outros adicionais. Há técnicas padrão em que se encontra um estímulo adequado para provocar a narração primária e para apresentar as questões subsequentes. O entrevistador não deve requerer argumentos do entrevistado (ex. “Por que você fez isso?”), apenas pedir mais detalhes (ex. “O que aconteceu, então?” ou “Você se lembra...?”) (BERTAUX e KOHLI, 1984, p. 224).

Dessa maneira, buscou-se iniciar a entrevista com um estímulo inicial marcado pela pergunta: “conte-me sobre sua vida”. O entrevistado ficou livre para falar o tempo que quisesse, sem nenhuma interrupção. As intervenções foram feitas apenas quando o entrevistado parava de falar ou quando uma pergunta era dirigida ao entrevistador. Algumas perguntas foram feitas ao final, tais como a.) “quais eram seus medos quando era criança”, b.) como foi a saída da FEBEM, c.) você mudou em relação àquela época, d.) como foi reencontrar seus colegas?, d.) você sofreu algum tipo de violência?.

Assim, a entrevista livre, suportada por esse estímulo inicial, busca trazer à luz um relato testemunhal, de caráter biográfico, constituído de memórias, organizadas à luz do presente, em que o entrevistado se revela como um indivíduo dotado de uma história única composta por um conjunto de experiências postas no decurso temporal e edificadoras de sua identidade.

Colocando a memória como substrato da construção da identitária e narrativa e assumindo que a memória se reconstrói à luz do presente, optamos por realizar duas entrevistas livres em profundidade com o mesmo ex interno. A primeira delas¹² aconteceu em outubro de 2016 em logo após o encontro anual de ex internos¹³ no Clube da Princesa¹⁴. A segunda entrevista¹⁵ foi realizada seis meses depois, em abril de 2017, no salão de cabeleireiro pertencente ao ex interno, em Ribeirão Preto.

Além de discutirmos alguns problemas indicados acima e salientar temas recorrentes nos relatos coletados, também buscaremos entender as convergências e divergências entre as duas entrevistas, pois “não há garantia que haja unidade narrativa ou biográfica [...] as narrativas de vida, sejam elas retrospectivas ou prospectivas, são sempre pastiches, por assim dizer” (Atkinson, 1997, p. 319).

4. Análise: relatos de um ex interno da FEBEM

A partir da discussão proposta, levantamos algumas hipóteses teóricas para analisar os relatos. Assim, nos debruçaremos sobre seis tópicos centrais discutidos anteriormente: (1) a importância da materialização da memória e da memória de terceiros para o reforço da memória individual, (2) a reconstrução constante da memória à luz do presente e consequentes divergências narrativas, (3) os “quadros sociais da memória” como balizadores para a reconstrução da memória, (4) a marcação identitária a partir daquilo que permanece na trajetória de vida, (5) o vínculo familiar como reforçador da memória e (6) a violência como um interdito à memória.

Para a contextualização da análise, vale uma breve síntese da biografia do entrevistado, construída a partir do que ele relatou. O entrevistado nasceu na periferia de

¹² A primeira entrevista tem a duração de 1h15min.

¹³ Como esse reencontro via redes sociais agregou ex internos das décadas de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1990, os ex internos mais novos (década de 1980 e 1990) resolveram realizar um encontro em Batatais para esse grupo específico.

¹⁴ O clube da princesa é um salão na cidade de Batatais, onde os ex internos costumavam ir em bailes, quando liberados. Eles optaram por realizar o encontro anual nesse local, organizando uma feijoada.

¹⁵ A segunda entrevista tem a duração de 2h40 min.

São Paulo no início da década de 1970, contraiu poliomelite e foi abandonado pela mãe na casa da família que locava a casa onde moravam. Por lá morou por quatro anos até ser deixado em uma unidade de triagem para menores e encaminhado à FEBEM de Batatais. Viveu na instituição por cerca de dez anos. Saiu de lá aos dezoito anos e passou a trabalhar de cabelereiro nas cidades de Santos, Batatais e Ribeirão Preto. Por meio de um programa de rádio, aos trinta anos, procurou e encontrou sua mãe, quem passou a visitar periodicamente até sua morte. Hoje é casado, tem uma filha e o próprio salão em Ribeirão Preto.

(1) *A mobilização de memórias externas para reforço da memória individual*

Como vimos, Halbwachs defende a ideia de que a memória coletiva, isto é, a memória de terceiros e memórias veiculadas em grupos com os quais o indivíduo tem contato é um elemento que confere coesão e reforço à memória individual. Da mesma maneira, a materialização de eventos passados, seja em documentos, relatos escritos, ou fotografias são elementos capazes de garantir a perpetuação de uma dada memória. É interessante notar que o entrevistado recorre a dados externos para contar sua história. Muitas vezes sua memória é amparada informações que obteve de si por meio de documentos e outras formas de materialização de eventos passados: “Segundo a minha certidão de nascimento, eu nasci em domicílio”. Isso fica evidente quando ele relata com precisão as datas de entrada e saída da instituição. Ambas estão documentadas em seu prontuário:

“8 do 12 de 1980. Foi essa a data que eu cheguei em Batatais”.

“Aí eu fui pra, dia 14 de janeiro de 1990, eu fui chamado na Administração pra pegar minhas coisas e pra ir embora”.

A memória de terceiros sobre eventos que ele viveu também é mobilizada ao reconstruir sua própria memória: “nasci com o problema, nasci com o pé esquerdo pra dentro e a minha mãe procurou vários médicos. Isso eu descobri depois que eu reencontrei minha mãe”.

(2) *A reconstrução da memória à luz do presente*

Como vimos, as narrativas e relatos não são dotados de unidade fixa. Isso seria ainda mais corroborado se, assumindo que a memória é o substrato da narrativa autobiográfica, tomarmos como pressuposto a explicação de Halbwachs de que a memória se reconstrói de acordo com a situação presente e de acordo com o alinhamento que o indivíduo tem em relação aos grupos presentes.

Analisando ambos os relatos, é possível encontrar várias divergências sutis. Há algumas divergências muito relevantes, sobretudo ao que diz respeito à clareza, precisão e segurança com que traz determinados eventos ou informações. Fica claro que embora o primeiro relato tenha sido mais curto e superficial, ele fala em datas, nomes e eventos com mais segurança e precisão. Vale lembrar que na primeira entrevista, ele havia acabado de sair do encontro anual com ex internos da FEBEM e na segunda entrevista ele estava em seu salão de cabelereiro. Nessa segunda entrevista, ele hesita em lembrar datas e nomes que vieram de maneira fluída na primeira entrevista.

“O filho dele, acho que é deputado. Eli... qual o nome?Eli Corrêa. Eli Corrêa! É "alô, gente" mesmo, né? “

“E a minha mãe, ela era petista roxa e ela tinha muito apoio do Paulo.... foi vereador, e agora é deputado.... [silêncio]. Qual o nome?”

(3) *A memória é reconstruída a partir de quadros sociais da memória*

Halbwachs diz que os *quadros sociais da memória* seriam os principais balizadores de qualquer reconstrução mnemônica. O *tempo social* e o *espaço social* seriam os principais *quadros sociais da memória* e nos relatos do entrevistado eles aparecem com força para enquadrar e localizar esses eventos. As marcações temporais por vezes aparecem como marcações temporais precisas que sevem a organização da calendário (“aí eu fui pra, dia 14 de janeiro de 1990, eu fui chamado na Administração pra pegar minhas coisas e pra ir embora”); por vezes aparecem por meio de eventos comemorativos cíclicos, que também são uma forma de marcação temporal (“todo mundo se encontrava nas épocas de campeonatos interlares nas épocas de festas de final de ano, nas épocas de festas juninas”); por eventos históricos (“Santos, 1990, era capital da AIDS naquela época, Cazuzza saiu na Veja, Renato Russo morre, Fred Mercury morreu logo depois” e “O Marcos queria Artes Cabelereiro e eu queria Edward Mãos de Tesoura. Década de 90, o filme”) ou por marcações temporais específicas da vida do entrevistado, como os anos escolares: “Fiz a terceira e a quarta série no Washingotn Luis, fiz a quinta e a sexta série na escola da FEBEM mesmo onde era o grupão. Eu fiz a quinta e a sexta lá. Ai eu já tinha catorze anos... é. catorze anos. Depois fiz a quinta e a sexta. A sétima e oitava, eu fiz no Vila Maria”.

Da mesma maneira, o relato é permeado por marcações espaciais e descrições do entorno, como nomes de ruas (“Eu acho que ficava na Celso Garcia, na Celso Garcia”); nomes de bairros (“Eu morei em Itaquera, eu nasci em Guaianazes”); pontos de

referências (“Perto da linha do trem ainda. Minha mãe morava ali e eu ia quase que mensalmente”); descrição de elementos espaciais (“na perfumaria, eu mandei fazer uma textura, eu coloquei um espelho, ficou super bonito”) e paisagens ou condições naturais (“teve um dia, eu me recordo, tava até um dia bem cinzento, nós levantamos bem de madrugada e ela me internou na FEBEM em São Paulo”).

(4) *A memória e identidade: persistências longo da trajetória de vida*

Os relatos que o entrevistado conta da sua vida é aquilo que o caracteriza e o faz único enquanto indivíduo dotado de história. Alguns elementos persistem ao longo do relato e entre relatos; elementos que caracterizam a forma como o entrevistado se reconhece, se descreve e como é reconhecido. Há três elementos que se destacaram ao longo dos relatos: a deficiência na perna contraída pela poliomielite, a profissão de cabelereiro e o estigma por ter pertencido à FEBEM.

A deficiência aparece em vários momentos dos relatos, da infância à idade adulta. O entrevistado entende que a deficiência foi determinante em sua trajetória. Ele acha que possivelmente ela que tenha determinado seu abandono:

“E, quando eu nasci, eu nasci com o pezinho torto, a minha mãe ficou com medo de eu não andar e acho que foi esse o motivo que fez ela me abandonar, porque ela ia ter dificuldades em me criar”.

Determinou sua ida ao Educandário¹⁶ em Batatais:

“Mas quando a assistente social me chamou, ela falou: ‘ó, você vai pra um lugar, onde vão poder cuidar da sua deficiência, você, amanhã ou depois, você vai andar, você vai ser uma pessoa normal’. Nesse tempo, eu era loirinho, tudo cachinho (risos), só com o pezinho torto, ficava pulando pra cima e pra baixo, ficava correndo”.

Mais tarde, foi central para a sua escolha profissional:

“Larguei tudo de torneio mecânico, eu fui chamado na sala: "por que você está fazendo isso pra começar cabelereiro? Isso é pra você, você pode se destacar". Dai eu: "não, é uma profissão pesada, eu tenho essa deficiência, talvez eu não vou (sic) me encontrar nessa profissão e eu quero partir pro ramo de cabelo”.

“E eu escolhi a profissão de cabelereiro pra ganhar a vida lá fora, porque devido à minha deficiência eu tinha que escolher uma coisa mais leve pra poder ganhar a vida aqui fora”.

Também foi uma característica que lhe protegeu dentro da FEBEM:

“Quem não quisesse fazer as coisas certas era punido. Então não tinha um porquê. Eu, por conta da minha deficiência tinha algumas regalias, né? Nem era regalia, porque eu não tinha resistência, eu ia na roça, mas sempre ou ficava na cozinha, ou ficava na

¹⁶ Instituição pela qual passou antes de chegar na FEBEM com onze anos.

lavanderia, ou ficava no lar resolvendo alguma coisa, no dormitório.... por conta da minha deficiência”.

O traço da deficiência funcionou tanto como marcador identitário que superou o decorrer do tempo que 27 anos depois, ao reencontrar a mãe, foi esse elemento que ela mobilizou para o identificar:

“- ‘Você tem o pé esquerdo, uma deficiência no pé esquerdo?’
- ‘Tenho, hoje eu tô bem graças a Deus, mas tenho sim’”

A escolha profissional, semeada desde a adolescência também é um marcador identitário recorrente no seu relato. Ao contar como decidiu ser cabelereiro, dois fatores lhe foram determinantes: o fato de ser deficiente e o fato de haver dois ex internos que se tornaram cabelereiros muito bem-sucedidos no litoral de São Paulo:

“E quando eu fui pra Intahaém, foi uma presença de espírito, alguma coisa que aconteceu ali que eu vi tudo aquilo, vi ele bem e eu já comecei a me espelhar neles, no Roberto, no Lopes, que eram ex internos”.

O papel de cabelereiro e a maneira como essa persona foi construída está presente em todo o relato. Embora tenha sido uma profissão que ele aprendeu dentro da FEBEM, ela também funcionou como uma máscara que colocava sua vida de ex interno em segundo plano. Isso fica evidente em passagens nas quais ele conta sobre a época em que conheceu a sua esposa ou quando foi procurado pela mãe na cidade de Batatais, após a leitura de sua carta no rádio:

“A Maísa sabia que eu era cabelereiro, sabia onde era o salão, só que eu nunca falei da minha vida pra ela. E ela sempre perguntava, da mesma forma que ela me perguntava, onde tava (sic) meus pais, da onde eu vim”.

“Foi alguém que escutou a história, se comoveu, procurou no cartório, achou várias Anas Rodrigues de Souza, pegou uma por uma até descobrir, descobriu. Ai falou "Batatais, cabelereiro, comerciante, aí falou que quem tá atrás foi o pessoal do Eli Correa”.

O fato de ser interno da FEBEM também marcou sua trajetória e sua construção identitária. A todo momento, o entrevistado conta como era visto pelo resto da sociedade por ter sido ex interno da FEBEM, ao mesmo tempo em que ele tenta afastar esse cunho negativo da imagem da FEBEM. A todo momento, ele tenta diferenciar a FEBEM na qual viveu de outras FEBEMs. Aqui, encaixa-se bem o conceito de “estigma” de Erving Goffman, como essa ideia de “identidade deteriorada” que deve ser combatida e evitada. Vejamos:

“Várias vezes nós escutávamos ‘filho, sai daí, olha os meninos passando, os meninos da FEBEM’. Isso era muito triste de escutar, mas isso era uma situação que a gente tinha que passar, não tinha o que fazer”.

“Você pegava todas as FEBEMs pra menores carentes, a FEBEM de Batatais não tinha igual. Os menores eram diferentes. O futebol dos meninos era diferente. Os meninos eram diferentes, as danças, era tudo diferente. Era uma coisa impressionante, extraordinária. Parecia uma coisa mágica”.

“Isso, Fundação Casa. Eu falei "não, ai você está errada, porque a FEBEM da nossa época era a FEBEM para menores carentes e a Fundação Casa é pra recuperação de infratores”.

(5) *A necessidade do vínculo familiar para a memória*

Como vimos a partir da discussão, a memória coletiva familiar é uma das mais persistentes e coesas dentre as memórias coletivas existentes. A necessidade de evocar elementos familiares na narrativa é constante e certamente o clímax repousa sobre o reencontro com sua mãe. Este é descrito em detalhes, com reproduções de diálogos realizados à época e ganha mais tempo de relato do que outros temas de sua vida. O tempo transcorrido entre o início da busca pela mãe e sua morte foi de dois anos e meio. Entretanto, no primeiro relato, o encontro com a mãe ocupa 30% das palavras do primeiro relato e 34% das palavras do segundo relato. De alguma forma, parece que o objetivo de sua vida gira em torno desse encontro:

“Meu sonho era trazê-la pra cá e cuidá-la. Dar uma vida digna pra ela”.

-“Porque eu tinha comigo que eu tinha certeza que eu ia reencontrar a senhora e eu falava pra mim mesmo que eu não ia casar antes reencontrá-la”.

-“É meu sonho, eu nasci de novo”.

Após o relato do encontro com a mãe, o relato fica minguado, deixando poucas passagens para contar sobre o encontro com sua esposa, o nascimento da filha de sete anos e outros acontecimentos que sucederam a morte da mãe. O único tema que toma relevância após a morte da mãe é o reencontro com os outros ex internos da FEBEM há poucos anos atrás. A necessidade de reencontrar os colegas ex internos e realizar confraternizações anuais funciona como reforço às memórias passadas e como indicador de uma necessidade de se vincular a algum grupo de pertencimento.

“Agradeço a Deus por isso, há dois anos atrás, através das redes sociais, nós começamos a nos reencontrar, o Chaguinhas, o Jeans, junto com o Moura, eu falei pra eles "nós precisamos fazer alguma coisa por Batatais, porque Batatais fez muito por nós, muito!". Dei a ideia de montarmos uma associação que hoje existem vários ex menores passando dificuldade e vários ex funcionários”.

Esse senso comunitário está diretamente ligado a uma necessidade de consolidação de uma identidade coletiva que não existem dada a lacuna deixada pelo abandono e ausência do grupo familiar. Por isso, várias ações giram em torno desse propósito: chamam-se família, realizam encontros anuais, têm a intenção de montar uma associação para se ajudarem mutuamente e criaram uma página no Facebook apenas com ex internos denominada IAPS (Infância Amigos para Sempre).

(6) *A violência e a memória*

A literatura, sobretudo a psicanalítica, discute as tensões geradas pela violência na (não) construção da memória e construção do trauma. Mobilizamos aqui, a hipótese de Veena Das que nos pareceu a mais plausível do ponto de vista sociológico: de que há uma dificuldade na expressão oral de eventos violentos. Isso fica nítido pela pouca frequência do tema. Na primeira entrevista, o entrevistado não tocou nesse tema e na segunda falou poucas vezes a partir de estímulos (quando perguntado):

Pesquisadora: Você sofreu algum tipo de violência na FEBEM?

Entrevistado: hmmm.... não, eu não diria violência, mas uma vez... eu era chamado de pézinho, manco, manquetola, eu tive mais de vinte apelidos. Eu apanhei injustamente, pelo motivo, eu não merecia ter apanhado. Eu ter ficado pra trás carpindo. Nós íamos pra roça e vamos supor, eles mediam dois cabos e falavam "daqui até lá é teu oito, vai carpir". Eu já não tinha habilidade e eu apanhei por causa disso. Eu achei injustamente (sic).

É possível verificar uma naturalização das situações de violência, como se aquilo, por mais injusto que fosse, fazia parte do quadro institucional e do modelo educacional:

“Mas tinham muitos funcionários também que a gente... penou um pouco na mão deles, mas isso é coisa do passado, a gente tem que aprender a passar por cima disso. Não só eu como todo mundo, porque nós estávamos ali para ser orientados e eles eram aqueles que nos orientavam”.

A violência em si nunca é descrita, é tratada de maneira monolítica como “coisa”:

“O meu medo era de sofrer algum tipo de abuso, isso é natural, por mais que eu poderia me defender [...] . Eu presenciei coisas dentro da FEBEM que, nossa senhora, se tivesse sido comigo acho que eu seria mais revoltado”.

5. Considerações finais: reflexões em aberto, problemas a se perseguir

Há muitos outros aspectos que poderiam ser explorados nos relatos, mas os elementos e temáticas escolhidos, como dissemos, foram trazidos pela própria produção

bibliográfica abordada. Entretanto, deixamos aqui para a reflexão alguns desafios e dúvidas encontrados a serem discutidos e perseguidos no curso da pesquisa. O arcabouço mobilizado não articula a relação entre memória e emoção, identidade e emoção ou até mesmo narrativa e emoção. Esse é um elemento recorrente nos relatos:

“Cheguei aqui com sete anos, 12 de dezembro de 1980. Meu primeiro brinquedo de natal foi um revólver de espuleta. Aquilo pra mim era um máximo!”.

“E eu, ali no Lar da Infância, todo dia, mas todo dia eu chorava a noite porque eu queria, no dia seguinte, acordar na casa da minha mãe. Eu não aceitava aquela situação, mas eu fui me acostumando com aquela situação”.

“A única coisa que fazia falta mesmo era que na época das férias que vários iam com as famílias e nós ficávamos. Nós sempre ficávamos. Eu não tenho pai, não tenho família [*ele se emociona*], não tinha motivo pra eu me acostumar com a situação”.

Ficam aqui apontamentos e o desafio de trabalhar essa interface entre memória e emoção do ponto de vista sociológico.

6. Referências Bibliográficas

ARFUCH, Leonor. **O Espaço Biográfico**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2012.

ATKINSON, Paul and SILVERMANN, David. Kundera's Immortality: The Interview Society and the Invention of the Self. **Qualitative Inquiry** 1997 3: 304.

BERTAUX, Daniel e KOHLI, Martin. The life story approach: a continental view. **Ann. Rev. Social.** 1984. /0:215-37, 1984.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Ed. Contexto, 2012.

CORDEIRO, Veridiana Domingos. **Por uma Sociologia da Memória: análise e interpretação da teoria da memória coletiva de Maurice Halbwachs**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2015.

HALBWACHS, Maurice. **La Mémoire Collective** [1950]. Paris: Ed. Albin Michel, 1997.

_____. **La Topographie Légendaire des Évangiles en Terre Sainte** [1941]. Paris: Ed. Quadrige/PUF, 2008.

_____. **Les Cadres Sociaux de la Mémoire** [1925]. Paris: Ed. Albin Michel, 1994.

MARTINS, Heloísa Helena de Souza. Metodologia Qualitativa de Pesquisa. **Educação e Pesquisa**. V. 30, n.2, p. 289-300, maio/ago, 2004.

MAY, Tim. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos.** Porto Alegre: Ed. Artmed, 2004.

MEAD, George H. **Mind, Self & Society: from the Standpoint of a Social Behaviorist.** Chicago: The University of Chicago Press, 1932.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In.: Poupart et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis: Ed. Vozes, 2010.

REID, Thomas. **Essays on the Active Powers of Man.** Edinburgh: University of Edinburgh Press, 2002 (1788).

RICOEUR, Paul. **Time and Narrative**, vol. 3. Translated K. Blarney and D. Pellauer, Chicago: University of Chicago Press, 1988.